

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição da necessidade da contratação (problema a ser resolvido)

No contexto atual, a tecnologia digital é essencial para a Administração Pública, desempenhando um papel fundamental na prestação de serviços à população. A infraestrutura tecnológica do Município de Princesa é crucial para garantir a eficiência e eficácia das operações diárias, abrangendo desde atividades administrativas até o atendimento direto aos cidadãos.

A crescente dependência de tecnologias avançadas e integradas exige manutenção constante e especializada para assegurar que tanto os equipamentos físicos quanto os softwares operem de maneira ininterrupta e confiável. A falta de manutenção preventiva e corretiva pode levar a falhas críticas nos sistemas, causando interrupções nos serviços públicos e impactando negativamente a experiência dos cidadãos que dependem desses serviços essenciais.

Manter computadores, periféricos, redes e softwares atualizados é vital para proteger contra ameaças de segurança cibernética, que estão em constante evolução. Sem atualizações de segurança e verificações regulares, os sistemas municipais ficam vulneráveis a ataques que podem comprometer dados sensíveis e a continuidade dos serviços públicos.

A segurança da informação é vital para os municípios, envolvendo a proteção de dados contra ameaças cibernéticas por meio de integridade, autenticidade, confidencialidade e disponibilidade. A integridade assegura que os dados não sejam alterados indevidamente, enquanto a autenticidade confirma a legitimidade das fontes e usuários. A confidencialidade limita o acesso a pessoas autorizadas e a disponibilidade garante que as informações estejam acessíveis quando necessário. Essas medidas incluem controles de acesso, criptografia, autenticação multifator e sistemas de backup, proporcionando uma defesa robusta contra ameaças.

As ameaças cibernéticas estão se moldando e se especializando cada vez mais para atacar aqueles que estão desprotegidos na rede, voltando-se para o setor público e se aproveitando de suas vulnerabilidades. Um estudo recente da KnowBe4¹ revela que os ataques cibernéticos direcionados ao setor público aumentaram drasticamente em 2023, com um crescimento de 40% nos ataques no segundo trimestre em comparação com o primeiro. Este estudo também destacou um aumento alarmante de 95% nos ataques de ransomware contra agências governamentais.

¹ PETERSEN, Brendon. Novo relatório da KnowBe4 revela aumento nos ataques cibernéticos no setor público. **Ventureburn**, 2024. Disponível em: <https://ventureburn.com/2024/02/new-knowbe4-report-reveals-spike-in-public-sector-cyber-attacks/>. Acesso em 18 de junho de 2024.



Outro fator digital que vem ganhando destaque e dinamizando o cenário dos serviços de escritório é a computação em nuvem, que oferece uma série de benefícios. Os serviços em nuvem garantem a segurança dos dados, protegendo informações sensíveis com criptografia e controles de acesso avançados. A acessibilidade é aprimorada, permitindo que funcionários acessem informações de qualquer lugar, facilitando o trabalho remoto e a colaboração entre departamentos. A escalabilidade permite que a capacidade de armazenamento cresça conforme necessário, sem grandes investimentos em infraestrutura. Além disso, a recuperação após incidentes é mais eficiente, com backups automáticos e redundância que minimizam o risco de perda de dados. Por fim, o custo-benefício é significativo, reduzindo despesas com hardware e manutenção.

Diante do exposto, resta evidente a necessidade de realização de constantes manutenções em equipamentos/hardware, configurações de redes, instalação de cabos, impressoras e tantos outros periféricos, bem como a intervenção em softwares através de serviços de profissional da área.

Considerando que o Município de Princesa não possui profissionais capacitados para atender às demandas de informática e que o contrato atual com a empresa responsável por esses serviços está prestes a encerrar, é imperativo buscar uma solução eficaz. Isso pode envolver a contratação de uma nova empresa especializada ou a capacitação de pessoal interno, garantindo que as necessidades tecnológicas do município sejam atendidas com competência e agilidade, minimizando riscos e maximizando a disponibilidade dos serviços ao público.

Ao encontro de tal necessidade, conclui-se também pela necessidade da tomada de ações voltadas à segurança da informação e investimentos em computação em nuvem.

2. Área requisitante

Secretaria de Administração, Planejamento e Fazenda;

Secretaria de Assistência Social;

Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

Secretaria de Educação e Cultura;

Secretaria de Esportes, Turismo de Lazer;

Secretaria de Obras, Transportes e Urbanismo;

Secretaria Municipal de Saúde.

3. Equipe responsável pelo estudo



Gilson Loga Lisboa;

4. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução

Para escolher a solução adequada para as demandas tecnológicas do Município, é essencial definir os requisitos necessários e suficientes que garantam a eficiência, segurança e continuidade dos serviços. Esses requisitos devem abranger aspectos técnicos, operacionais e de segurança da informação.

Assim, para manutenção eficiente dos meios digitais utilizados no Município de Princesa, a solução deverá contemplar a disponibilidade de profissional qualificado. Este deverá possuir formação na área e experiência comprovada que seja capaz de realizar manutenções corretivas e preventivas em hardware e software, realizando ações com uma visão holística, ou seja, que sejam integradas entre si, especialmente com o objetivo de zelar pela segurança da informação. Este profissional deverá estar à disposição das demandas municipais, atendendo de forma breve os chamados, em alguns casos podendo ser de forma remota, noutras presencialmente.

Além da disponibilidade de pessoal da área de tecnologia da informação, são necessários softwares ou mesmo sistemas chamados SaaS, que é um modelo de distribuição de software onde aplicativos são hospedados na nuvem e acessados via internet, permitindo uso em qualquer dispositivo online.

A solução encontrada deverá respeitar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (13.709/2018), bem como regulamentação do Município de Princesa sobre a matéria, Decreto Municipal N. 2.078/2024, especialmente quanto à proteção e tratamento dos dados nos meios digitais.

Em mesmo sentido, a solução buscará, dentro das possibilidades e estágio de desenvolvimento tecnológico, sempre que possível observar as normas ABNT NBR ISSO/IEC 270001:2013, ABNT NBR ISSO/IEC 270002:2013 e ABNT NBR ISSO/IEC 270005:2019.

Portanto, a escolha de uma solução para atender às demandas do Município de Princesa requer uma abordagem criteriosa e integrada. É essencial definir requisitos claros que assegurem eficiência, segurança e continuidade dos serviços, envolvendo profissionais qualificados e a adoção de tecnologias como SaaS. Além disso, a conformidade com legislações como a LGPD e normas de segurança como as da série ISO/IEC 27000 são imprescindíveis para proteger e gerir adequadamente os dados municipais. Dessa forma, ao implementar uma solução que considera esses aspectos, o município não apenas moderniza sua infraestrutura tecnológica, mas também garante o cumprimento das exigências legais e padrões de segurança necessários para um serviço público eficaz e confiável.

5. Levantamento de mercado (prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções)

Apresentada a necessidade foi buscado no mercado alternativas de solução.

I. Contratação de Servidor Público Municipal

Inicialmente, foi considerada a possibilidade de contratar um profissional com formação na área



tecnológica para integrar o quadro de servidores públicos municipais. No entanto, após uma análise detalhada, concluiu-se que esta opção poderia ser mais onerosa para o município. Os motivos para essa conclusão incluem:

- a) **Custo Elevado:** O salário médio de um profissional qualificado na área de tecnologia pode ser significativamente superior ao custo médio de contratação de serviços terceirizados.
- b) **Variação de Demanda:** A demanda por serviços de tecnologia pode variar consideravelmente ao longo do tempo, com picos de necessidade seguidos por períodos de menor atividade. Contratar um servidor público implicaria em custos fixos contínuos, independentemente da demanda real por serviços tecnológicos.
- c) **Despesa com Pessoal:** A contratação de um servidor público aumentaria a despesa com pessoal do município, o que pode não ser a opção mais eficiente do ponto de vista econômico, especialmente considerando a necessidade de controle rigoroso das despesas públicas.

II. Aproveitamento de Pessoal do Quadro de Servidores – Função Gratificada

Outra possibilidade considerada foi o aproveitamento de pessoal do próprio quadro de servidores municipais para desempenhar as funções necessárias na área de tecnologia da informação, por meio de funções gratificadas. No entanto, essa alternativa apresenta desafios e limitações que a tornam menos viável em comparação às outras opções:

- a) **Experiência e Qualificação Técnica:** O quadro de servidores do Município não possui profissionais com a formação específica ou a experiência necessária em tecnologia da informação para desempenhar todas as funções requeridas de maneira eficaz. Isso pode resultar em um aprendizado demorado ou em um desempenho técnico inferior, afetando a qualidade e a eficiência dos serviços prestados.
- b) **Carga Adicional de Trabalho:** Atribuir responsabilidades adicionais de tecnologia da informação a servidores que já possuem outras funções pode sobrecarregá-los e comprometer a execução de suas atividades principais. Isso pode impactar negativamente a produtividade e a qualidade do trabalho em outras áreas essenciais da administração municipal;
- c) **Necessidade de Capacitação Contínua:** Caso seja escolhida essa opção, seria necessário investir significativamente em programas de capacitação e desenvolvimento técnico para equipar os servidores com as habilidades necessárias em tecnologia da informação. Esse investimento pode demandar tempo e recursos financeiros adicionais;
- d) **Risco de Rotatividade e Continuidade:** Servidores que assumem funções gratificadas em áreas fora de suas especializações originais podem estar mais propensos a mudanças de posição ou até mesmo a deixar o serviço público, o que poderia impactar a continuidade e estabilidade das operações de tecnologia da informação.

Apesar disso, a solução deve ser considerada para o futuro, investindo na formação de servidores do próprio quadro ou aproveitando a mão de obra que ocupará futuras vagas e



tenha o conhecimento desejado.

Tal solução é comumente adotada por outros órgãos ou entidades públicas, inclusive Municípios próximos a este ente federativo, gerando bons resultados, principalmente quanto ao rápido atendimento das demandas e familiaridade com as tecnologias e estruturas existentes no órgão. A solução também vai ao encontro da economia gerada aos cofres públicos, tendo em vista que o servidor atuará sob demanda, sem a necessidade de haver um contrato com particular, ocasionando em custos de acordo com a variação de mercado.

Somado a isso, manter as funções de TI dentro do quadro de servidores municipais pode proporcionar maior controle interno sobre os processos e decisões relacionadas à tecnologia da informação. Isso pode ser especialmente importante para garantir a conformidade com políticas internas e regulamentações específicas do setor público, podendo realizar inclusive planos de segurança da informação e proteção de dados digitais.

III. Contratação de particular para prestação do serviço através de licitação

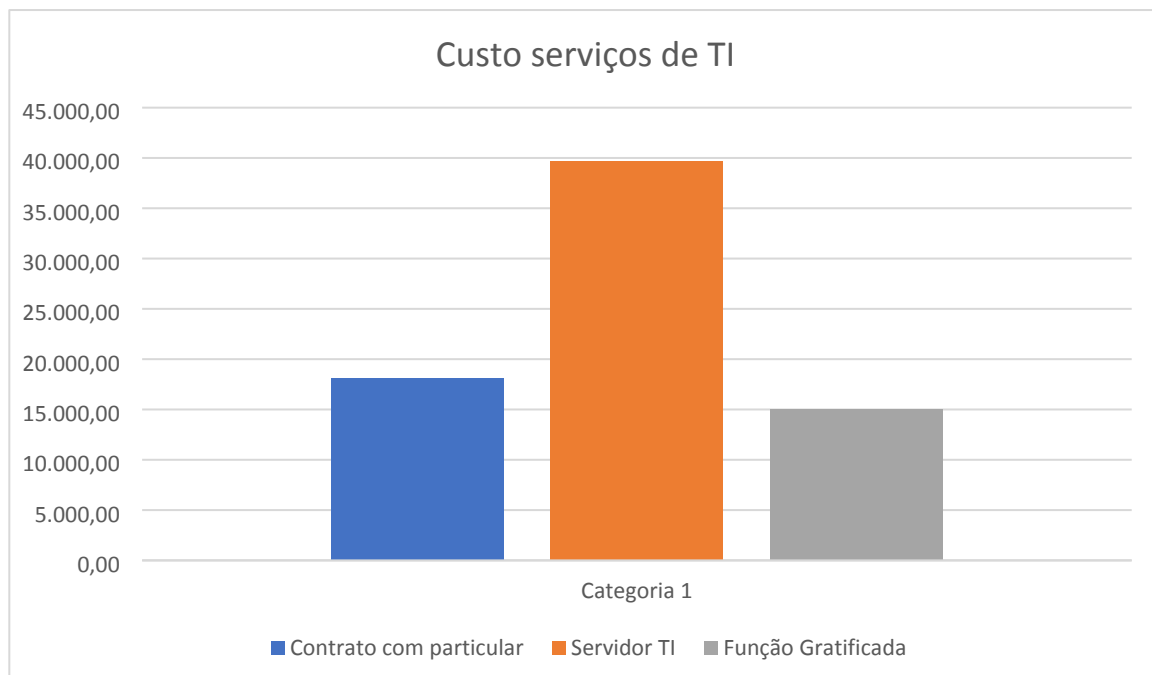
Diante das considerações acima, a terceira opção explorada foi a contratação de pessoa física ou jurídica especializada em tecnologia da informação. Esta alternativa oferece diversas vantagens, tais como:

- a) **Flexibilidade de Contratação:** Contratar serviços conforme a demanda permite uma flexibilidade significativa. O município pode ajustar a quantidade de serviços contratados de acordo com as necessidades específicas de cada momento, evitando custos desnecessários em períodos de baixa demanda.
- b) **Redução de Custos Fixos:** Ao invés de arcar com um salário fixo mensal, a contratação por demanda ou projeto permite que o município controle melhor seus gastos, direcionando recursos conforme necessário;
- c) **Experiência e Capacitação Técnica:** Empresas ou profissionais autônomos especializados podem oferecer um alto nível de expertise e experiência em tecnologia da informação, garantindo que as necessidades técnicas do município sejam atendidas de maneira eficiente e conforme padrões estabelecidos;
- d) **Comparativo de Custos:** A pesquisa realizada mostrou que existem fornecedores no mercado com capacidade técnica adequada e valores competitivos. Esses fornecedores já prestam serviços similares a outros municípios, bem como é o caso do atual contrato deste município, o que reforça a viabilidade dessa opção;

A solução já é adotada atualmente no Município, gerando contrato em 2023 e que se encerrará brevemente, sendo gasto o valor de R\$ 18.117,00 (dezoito mil cento e dezessete reais) até o momento para o serviço completo.

Em uma análise de possíveis gastos anuais em comparação entre as alternativas, considerando o (a) valor gasto no atual contrato (R\$ 18.117,00), (b) o salário médio mensal de um técnico em informática de acordo com média salarial de Municípios da região que possuem tal cargo, somados a outros benefícios e encargos patronais, (valor anual de aproximadamente R\$ 39.722,00), além de (c) valor médio de funções gratificadas a servidores de outros entes municipais para execução das tarefas (valor anual de aproximadamente R\$ 15.000,00).





Diante dos fatos ora apresentados, considerando a atual estrutura do Poder Executivo Princesense, bem como a ausência de pessoal capacitado e com experiência na área desejada, levando-se em conta a vantajosidade do contrato desse serviço ao Município, entende-se que a contratação da prestação de serviços da área de informática é medida razoável no atual momento ao Município para atender as demandas.

Sobre a forma de execução desses serviços, entende-se que a prestação em horas é a melhor alternativa, especialmente em virtude da vasta abrangência de possibilidades de serviços existentes nessa área, tornando-se praticamente impossível elencar um rol taxativo. Em pesquisa a outras entidades que realizaram serviço de mesma natureza, percebeu-se que a tendência é justamente a de contratar os serviços técnicos de informática em horas. É o caso por exemplo da Prefeitura de Mondaí/SC, Câmara de Tunápolis/SC e outros.

Somando-se a isso, existe a necessidade de tomar ações que maximizem a segurança da informação. Algumas medidas já serão contempladas através da contratação anteriormente mencionada, pois o profissional poderá trabalhar conjuntamente com a Administração e o pessoal que opera os sistemas informatizados no fortalecimento de firewall, controle de acessos, avaliação e gestão de riscos, criptografia de dados, auditoria e conformidade, políticas de senhas, política de mesa limpa e tela limpa, atualizações periódicas dos equipamentos, segmentação de rede, controles físicos de segurança e outras formas de mitigação de riscos de ameaças cibernéticas. Entretanto, são necessários softwares de proteção, os antimalwares ou antivírus, fundamentais para elevar os padrões da prevenção de riscos, que são, em regra, encontrados no mercado com licenças anuais. São softwares comuns nesse sentido, atendendo os níveis de proteção desejados:

Norton Anti-vírus; Kaspersky; McAfee Total Protection.

Os softwares mencionados possuem as seguintes características comuns que são essenciais à proteção:



- a) Barreira em Tempo Real: Bloqueia instantaneamente ameaças durante downloads, navegação na web e execução de arquivos, garantindo proteção imediata;
- b) Arsenal Antimalwares Abrangente: Combate todos os tipos de malwares, incluindo vírus, Worms, Trojans, ransomware, spyware e phishing, neutralizando as mais diversas ameaças;
- c) Rastreamento Inteligente e Proativo: Identifica até mesmo as ameaças mais recentes e desconhecidas através de técnicas heurísticas avançadas, garantindo proteção proativa contra novas táticas de ataque;
- d) Atualizações Constantes e Automáticas: Mantém proteção contra as últimas ameaças com atualizações frequentes e automáticas de definições de vírus e bases de dados, garantindo que a proteção esteja sempre em dia;

Acerca da necessidade nos serviços de navegação em nuvem, a tecnologia reduz custos operacionais ao eliminar a necessidade de infraestrutura física cara. Ela proporciona flexibilidade e escalabilidade, permitindo ajustar os serviços conforme a demanda. A nuvem também melhora a acessibilidade, permitindo o trabalho remoto e aumentando a eficiência. Além disso, oferece maior segurança com proteção avançada contra ataques cibernéticos e perda de dados. Promove a colaboração entre departamentos e garante que os sistemas estejam sempre atualizados, contribuindo também para a sustentabilidade ao reduzir o consumo de energia.

Existem no mercado diversas plataformas de armazenamento de navegação de em nuvem, permitindo o arquivamento dos dados em diferentes formatos e contratado o espaço de armazenamento desejado. São plataformas de armazenamento em nuvem: Dropbox, OneDrive, Google One, Amazon Web Services (AWS), Microsoft Azure, etc.

Apesar da vasta existência de plataformas ou sistemas SaaS dessa natureza, contratar o OneDrive apresenta uma série de vantagens significativas em relação a outras opções de armazenamento em nuvem, especialmente considerando que a Prefeitura já utiliza sistemas Microsoft e o pacote Office. Esse sistema não só faz o armazenamento de arquivos, mas também se integra perfeitamente com o Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, etc.), facilitando a criação, edição e compartilhamento de documentos diretamente do ambiente familiar de trabalho, além de realizar uma sincronização com Windows. Como a Prefeitura já utiliza sistemas Microsoft, o OneDrive oferece sincronização nativa com o Windows, tornando o gerenciamento de arquivos mais fluido e integrado ao sistema operacional usado pelos funcionários. Além disso, há uma facilitação no compartilhamento de arquivos entre os servidores, permitindo que os arquivos sejam editados de forma concomitante.

Dentre as características do OneDrive, cita-se planos de licenças anuais para até seis pessoas até 6 TB de armazenamento em nuvem (1 TB por pessoa); compatibilidade com Windows; Versões premium para desktop, web e dispositivos móveis do Word, Excel, PowerPoint, OneNote e mais; Calendário e e-mail móvel do Outlook da web, desktop e móvel sem anúncios com segurança avançada; Proteção de fotos e arquivos avançada com OneDrive; Proteção de dados e dispositivos com o Microsoft Defender.



6. Descrição da solução, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução*

Concluída a fase de pesquisa das melhores soluções, passa-se à descrição daquelas que são as soluções mais eficientes ao Município de Princesa no caso em exame.

I. **Contratação de prestação de serviços técnicos de informática, incluindo manutenção preventiva e corretiva de equipamentos informatizados, bem como assistência técnica de hardware e software, visando garantir a operacionalidade e eficiência dos sistemas de informática das Secretarias Municipais.** O termo de referência ou documento equivalente deverá dispor das características específicas dos itens, bem como sobre a possibilidade de atendimento remoto ou presencial.

A contratação visa dinamizar os trabalhos que se relacionam com a tecnologia e garantir a segurança da informação.

Para a contratação atingir ao que se pretende de forma eficiente, eficaz e efetiva é necessário que o contratado tenha qualificação e experiência mínima para atender ao objeto, sendo requisitos indispensáveis:

1. Exigência de atestado de capacidade técnica, comprovando a prestação satisfatória de serviço similar à administração Pública ou particular;
2. Que o profissional que atuante possua curso técnico em informática com carga horária mínima de 1.200 horas ou curso superior na respectiva área.
3. A prestação do serviço será realizada em tempo razoável, após o aviso da Secretaria demandante, em período determinado no termo de referência;
4. Sempre que necessário, o serviço deverá ser realizado na sede da contratante, a depender das especificidades de cada item, sendo especificado no termo de referência os itens/serviços que poderão, sem prejuízo para a Administração Pública, ser prestados remotamente.

A escolha da solução baseia-se em critérios técnicos e econômicos, pois a contratação do serviço atende ao que a Administração Pública deseja, considerando aspectos acerca da prestação do serviço e também levando em conta o valor despendido frente à contratação.

Somado a isso, a contratação também se completará com a **aquisição de licenças de software de antivírus.** contratando licenças anuais para os computadores.

A terceira etapa da contratação envolve a aquisição de licenças anuais para sistemas de computação em nuvem e, conforme fundamentado anteriormente, conclui-se pela aquisição de **licenças anuais do One Drive** com 1 Terabyte por usuário.

A contratação seguirá a Lei de Licitações e contratos (Lei 149.133/2021) e utilizará o procedimento auxiliar de sistema de registro de preços (SRP).



7. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala*

A contratação irá abranger todas as demandas para o presente objeto das Secretarias municipais, sendo dimensionados os quantitativos de acordo com o histórico da demanda desse tipo de serviço e também em conformidade com os quantitativos que as secretarias estimem necessitar no período de um ano, através dos Documentos de Formalização da Demanda.

Para fins de dimensionamento do quantitativo da necessidade futura de serviços que abrangem a necessidade, realizou-se levantamento do patrimônio público, constatando a existência de aproximadamente 89 computadores, 13 microcomputadores, 23 notebooks e 19 impressoras.

8. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação*

UND	Objeto	QTD	Valor estimado (R\$)
Horas	Chamado para prestação de serviços técnicos de informática, incluindo manutenção preventiva e corretiva de equipamentos informatizados, bem como assistência técnica de hardware e software, visando garantir a operacionalidade e eficiência dos sistemas de informática das Secretarias Municipais.	299	25.271,48
Minutos	Tempo adicional para prestação de serviços técnicos de informática, incluindo manutenção preventiva e corretiva de equipamentos informatizados, bem como assistência técnica de hardware e software, visando garantir a operacionalidade e eficiência dos sistemas de informática das Secretarias Municipais	5621	7.925,61
Unidade	Aquisição de licença para software antivírus avançado, oferecendo proteção completa contra diversas ameaças digitais. Inclui proteção em tempo real e um firewall personalizável para segurança otimizada. O software deve ser totalmente compatível com o sistema operacional Windows. A licença deverá ter um período mínimo de 12 meses.	89	6.400,88
Unidade	Aquisição de licença do Microsoft OneDrive, plataforma de armazenamento em nuvem. Inclui espaço de armazenamento de 1 TB por usuário, compatibilidade com Windows e versões premium para desktop, web e dispositivos móveis do Word, Excel, PowerPoint e OneNote (Office 365). Oferece também calendário e e-mail móvel do Outlook com segurança avançada, sem anúncios, tanto na versão web quanto nas versões desktop	10	3.590,00



e móvel. Inclui proteção avançada para fotos e arquivos através do OneDrive, assim como proteção de dados e dispositivos com o Microsoft Defender. Facilita o compartilhamento de arquivos para trabalho colaborativo. A licença deverá ter um período mínimo de 12 meses.

O valor estimado é resultado da pesquisa de preços realizada em contratações similares da Administração Pública e pesquisa com fornecedores que prestam serviços dessa natureza.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável*

Os itens poderão ser parcelados, a exceção do item 1 e 2, os quais deverão formar lote, considerando sua conexão entre si.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes

Para a plena eficiência da pretensa contratação são necessárias peças e acessórios de informática para a manutenção de computadores e demais equipamentos. Contudo, a aquisição desses itens é proveniente de licitação realizada por consórcio no qual o Município de Princesa faz parte.

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão*

Visando ao planejamento das compras públicas, a contratação em exame está prevista no Plano Anual de Contratações, conforme Código de Intenção n. 34.

12. Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

A contratação dos serviços técnicos de informática, incluindo manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, assistência técnica de hardware e software, aquisição de licença para software antivírus avançado, e implementação de serviço de navegação em nuvem, desempenha um papel crucial no contexto da sustentabilidade, indo ao encontro da ideia ASG – Ambiental, Social e Governança.

Em termos de desenvolvimento nacional sustentável, essas iniciativas são fundamentais por vários motivos:

Ambiental: A manutenção adequada dos equipamentos de informática não apenas prolonga sua vida útil, reduzindo o descarte precoce e o impacto ambiental associado à produção de novos dispositivos, mas também pode contribuir para a eficiência energética ao otimizar o consumo de energia nos ambientes municipais.

Social: A assistência técnica local não apenas assegura a operacionalidade contínua dos sistemas, mas também promove o desenvolvimento de competências entre os técnicos locais. Isso fortalece a capacidade da comunidade de gerenciar e utilizar eficazmente a tecnologia, melhorando assim a inclusão digital e oferecendo oportunidades de emprego e desenvolvimento pessoal dentro da própria comunidade.



Governança: A aquisição de licenças para software antivírus avançado e a implementação de serviços de navegação em nuvem são fundamentais para garantir a segurança cibernética dos sistemas municipais. Isso não apenas protege os dados sensíveis dos cidadãos e promove a conformidade com regulamentações de proteção de dados, mas também fortalece a transparência e a confiança na administração pública.

Eficiência Operacional e Colaboração: A adoção de tecnologias de nuvem facilita o compartilhamento eficiente de informações e documentos entre os departamentos municipais. Isso reduz a dependência de infraestruturas físicas locais, minimizando custos operacionais e maximizando o uso responsável de recursos tecnológicos.

Em resumo, ao integrar práticas de ASG com a modernização e otimização dos sistemas de informática municipais, as prefeituras não apenas melhoram sua capacidade de entrega de serviços, mas também contribuem significativamente para o desenvolvimento sustentável, promovendo eficiência, segurança e inclusão social nas comunidades que servem.

13. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização

Não existem providências a serem adotadas previamente à contratação.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento

O principal aspecto ambiental que ocorrerá na contratação é uma condição favorável à preservação do meio ambiente, visto que haverá o melhor aproveitamento dos aparelhos de informática antes de um descarte.

15. Declaração de viabilidade*

Declaramos, considerando todo o exposto neste Estudo Preliminar, que a contratação:

[X] é viável [] não é viável

16. Há necessidade de classificar os Estudos Preliminares como sigiloso, nos termos da Lei nº 12.527/2011? Caso negativo, estes Estudos Preliminares devem ser anexos do TR/PB.

Não há necessidade de manter documentos sob sigilo. E os anexos podem ser disponibilizados.

Princesa, SC, 18 de junho de 2024.

Assinatura dos membros da Equipe de Planejamento da Contratação, e dos fiscais de contratos que participaram da elaboração dos EP:



Gilson Loga Lisboa

